

Parte I – Fabricando Filhos

Capítulo 1 – “Os filhos são a nossa riqueza”

Chantal Medaets

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEDAETS, C. “Os filhos são a nossa riqueza”. In: *“Tu garante?”: aprendizagem às margens do Tapajós* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, pp. 51-82. Entremeios series. ISBN: 978-65-5725-026-6. <https://doi.org/10.7476/9786557250402.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE I – FABRICANDO FILHOS

CAPÍTULO I – “OS FILHOS SÃO A NOSSA RIQUEZA”

Numa quarta-feira de novembro de 2010, todos no bairro de Carauari (Alter do Chão) falavam do acidente de Nelsinho. O jovem de 14 anos, filho de um marceneiro do bairro e seu assistente no trabalho, tinha perdido quatro dedos da mão direita num acidente com a serra elétrica na marcenaria do pai. No dia seguinte, como outros vizinhos, fiz uma visita à família. Nelsinho, a mãe e alguns irmãos estavam na sala e o pai, Wilson, me recebeu na varanda, perto de onde funcionava a marcenaria. Sem saber bem o que dizer, perguntei se precisavam de ajuda e disse o quanto sentia pelo ocorrido. Wilson começou sua resposta dizendo: “Pois é... Eu perdi meu melhor ajudante.” Em seguida ele me tranquilizou dizendo que “de resto” a saúde do menino estava boa, que tinham sido bem atendidos no hospital, que eles iam “se virar”.

Como veremos neste capítulo, Wilson está longe de ser o único no Tapajós a colocar em primeiro plano o papel de ajudante de seu filho. Para além do Tapajós, em contextos camponeses, a participação das crianças em atividades produtivas do grupo doméstico, participação pensada exatamente como “ajuda”, é absolutamente comum – e fundamental. O caráter familiar do trabalho é, como se sabe, “o elemento central de uma lógica econômica própria do ‘modo de produção’ camponês” (Woortmann, K., 1988, p. 24), um “ponto comum” que liga diferentes realidades camponesas mundo afora e através dos tempos. É o que caracteriza e torna viável a atividade econômica das famílias e, assim, o modo de vida camponês. Essa lógica, que já se demonstrou não ser apenas econômica, mas também (e, talvez, sobretudo) moral (Bourdieu, 1962; Heredia, 1979; Woortmann, K., 1988), se imbrica numa concepção holista do

social (Dumont, 1983),¹ onde os interesses do grupo, no caso a família, habitualmente dirigida pelo pai, se sobrepõem aos interesses individuais de cada um dos seus membros. Se isso vale enquanto se vive do trabalho na terra, tratando-se de premissas morais, elas não deixam facilmente de ser operatórias quando famílias ou pessoas de origem camponesa partem de suas terras e se instalam em cidades (Delbos, 1982; Lima; Almeida, 2010; Scott, 2009) ou em pequenas cidades e vilas onde os vínculos com o mundo rural são diversos e profundos (como é o caso de Alter do Chão, onde vive a família de Nelsinho).

Entre diferentes grupos indígenas no Brasil, a contribuição das crianças nas atividades de cultivo da terra e em tarefas domésticas também é uma constante, embora ali essa participação não seja necessariamente pensada como uma “ajuda” e mais frequentemente tenha um caráter educativo explicitamente formulado pelos adultos (Tassinari, 2007, p. 16-18). Há inclusive, entre alguns grupos, o receio de que processos de escolarização que ocupem tempo demais das crianças e jovens acabem impedindo-os de acompanhar as atividades dos adultos, afastando-os assim do modo de vida local (Gallois, 2001, p. 31). De fato, diversos estudos que se interessaram mais de perto pelas práticas infantis indígenas insistem na indissociabilidade da participação das crianças em atividades produtivas de processos mais amplos de socialização e aprendizagem (Codonho, 2007, p. 60-65; Cohn, 2000, p. 60-72; Johnson, 2003, p. 38-90; Nunes, 2002, p. 73-79; Oliveira,

¹ Viveiros de Castro (2017, p. 260) resume assim as duas “imagens de sociedade” propostas por Dumont: enquanto a concepção individualista do social “se funda na ideia de contrato entre átomos individuais ontologicamente independentes: a sociedade é um artifício resultante da adesão consensual dos indivíduos, guiados racionalmente pelo interesse, a um conjunto de normas convencionais; [...] a concepção holista se funda na ideia de um todo orgânico preexistente empírica ou moralmente aos seus membros, que dele emanam e retiram sua subsistência”.

2006, p. 242; Pereira, 2013, p. 64-69; Silva, 2013, p. 92-98; Silva; Gomes, 2015; Tassinari, 2008, 2015).²

Seja em contextos campesinos, seja entre indígenas, o que as crianças aprendem com essa participação nas atividades dos adultos não são somente saberes e habilidades técnicas (que, vale lembrar, tornam a permanência nessas comunidades ou aldeias uma alternativa possível quando a criança for um jovem adulto). Mas, além de técnicas e habilidades, ao participar das atividades que ocupam os adultos, as crianças aprendem um modo de se relacionar que respeita premissas morais fundamentais no processo de construção da pessoa próprio a cada população: aprende-se uma “ética da campesinidade” (Woortmann, K., 1988) e a “pegar o ritmo da aldeia” (Tassinari, 2015, p. 145).

No Tapajós, o dever de ajudar e servir pais e avós é uma dessas premissas morais estruturantes; ela não se restringe à infância, mas é um pilar das relações entre descendentes e ascendentes ao longo de toda a vida. Das crianças, espera-se que elas ajudem nas tarefas domésticas e nas atividades produtivas da família, que não interrompam as conversas “de adulto” e não os incomodem em suas atividades. Veremos que nessas comunidades há uma clara hierarquia entre gerações e também uma divisão sexual das responsabilidades cotidianas: cabe às crianças (e aos membros das gerações mais jovens de maneira geral) respeitar, obedecer e servir (esse é o verbo localmente utilizado) os mais velhos, assim como caberá principalmente às mulheres o trabalho doméstico e o cuidado e educação dos filhos e netos. Como resume Cleide (72 anos): “Filho, pra mim, não veio pra dar trabalho.” Falando sobre sua neta de 11 anos, a avó sugere que a menina, que, segundo ela, está sendo desobediente com a mãe, seja

² Depreende-se desse conjunto de etnografias que a participação infantil em atividades produtivas em grupos indígenas é, em geral, mais livre e opcional que aquela mais comumente observada em contextos campesinos, onde a autoridade dos pais se impõe de maneira mais marcada. Um contraste se faz ver também nas práticas disciplinares: se entre indígenas punições são raras, entre camponeses elas são comuns.

enviada para morar com o pai: “Lá ela vai poder servir ele, cuidar da roupa, da comida. . . , ao invés de ficar aí dando problema pra mãe. E quem sabe ele não vai conseguir pôr um pouco de cabresto nela?”

Neste primeiro capítulo, apresentarei os contornos da relação intergeracional entre os habitantes do Baixo Tapajós, relação onde a “ajuda” dos mais novos e a sua posição subordinada aos ascendentes são valores cardinais. Começarei descrevendo alguns marcadores linguísticos da deferência que se deve aos ascendentes: o uso dos termos de tratamento “senhor” e “senhora” e a prática de pedir a bênção. Os raros casos em que alguém hesita ou se nega a pedir a bênção serão descritos, pois são eles que melhor mostram a centralidade dessas práticas. Na sequência, abordarei o status de “ajudante” das crianças, tal como ele aparece nos discursos dos pais sobre seus filhos e na maneira como as crianças são postas para “ajudar” nas tarefas dos adultos. Por fim, descreverei as práticas disciplinares e os castigos físicos de que lançam mão os adultos na educação de seus filhos, e as estratégias de esquiva das crianças.

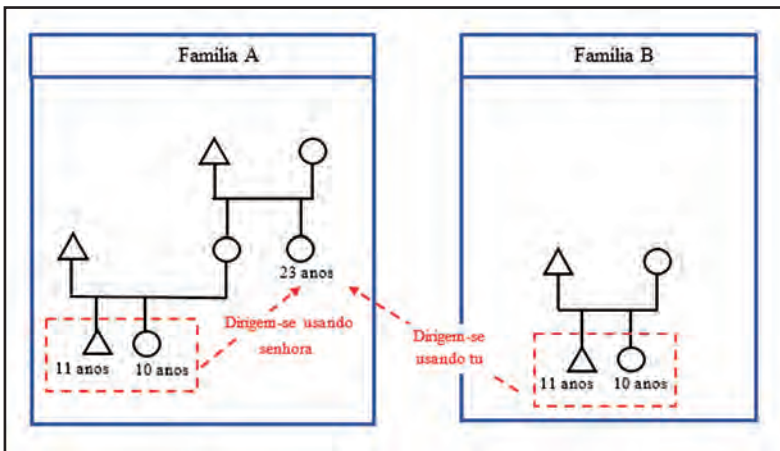
REGRAS DA ETIQUETA INTERGERACIONAL

“POR QUE EU TENHO QUE CHAMAR A SENHORA DE ‘SENHORA?’”

No Tapajós, os apelativos “senhor” e “senhora” são obrigatoriamente usados para se dirigir a seus ascendentes (pais, avós, bisavós, tios, padrinhos) e são também usados, mais amplamente, para se dirigir a pessoas que têm uma diferença de idade de aproximadamente 20 anos (ou seja, uma geração) com o locutor. Também podem ser usados, embora não sistematicamente, quando o locutor se dirige a alguém que ocupa uma posição que ele percebe como superior à sua (os comunitários costumam chamar de “senhor” os médicos, um técnico de ONG, da prefeitura). Quando não há essa diferença de idade e nem de posição social, mesmo ao se dirigir a uma pessoa desconhecida, será usado o pro-

nome de tratamento “tu” (ou, mais raramente, “você”).³ Mas caso a pessoa seja um ascendente (um tio ou tia, por exemplo), mesmo quando a diferença de idade é pequena, prevalece a regra do uso de “senhor” e “senhora”, o que já é um indício do respeito que implica a relação com os ascendentes.

Assim, Aurilene (10 anos) se dirige à sua tia Solany (23 anos) usando “senhora” (e pede a ela sua bênção), enquanto outras crianças de idades próximas (por exemplo, Ana Paula, 10 anos e Felipe, 11 anos), que não têm vínculos de parentesco com Solany, usam “tu” para se dirigir a ela.



Crianças da mesma idade usam “tu” ou “senhora” para a mesma jovem mulher em função de seus laços de parentesco.

Esquema elaborado pela autora.

³ A maioria das crianças me chamavam de “senhora” durante minhas primeiras semanas de campo. Progressivamente, aqueles de quem fiquei mais próxima começaram a intercalar os termos “senhora” e “tu”, sendo que o último era mais frequente quando não havia outros adultos perto de nós. Ao cabo de seis meses, todos me chamavam por “tu”.

Como em outros lugares onde se recorre a marcadores linguísticos que indicam respeito e/ou distância, como os termos “senhor” e “senhora” (ou o pronome de tratamento “vós”),⁴ os fatores em jogo na escolha de uma ou outra forma de tratamento – qual sejam, a diferença de idade, de posição social e a proximidade ou distância entre o locutor e seu interlocutor – se sobrepõem e se influenciam mutuamente (Perret, 1970, p. 113). Quanto maior a diferença de idade, maior a percepção de que o interlocutor ocupa uma posição social superior, e, quanto menor o grau de proximidade ou de interconhecimento entre o locutor e seu interlocutor, maiores as chances de se recorrer aos termos “senhor” e “senhora” (ou ao pronome “vós”). No Tapajós, a proximidade decorrente do vínculo de parentesco não exime, no entanto, os descendentes de recorrer aos apelativos “senhor” e “senhora”. Não se dirigir a seus pais usando “senhor” e “senhora” seria impensável, como se vê no diálogo que presenciei entre Vanise (34 anos) e sua filha Fabiane (10 anos):

Fabiane: Mãe, por que a senhora não chama pra Chantal de “senhora”?

Vanise: Eu não, minha filha, ela não tá tão velha pra eu chamar de “senhora”.

Fabiane: Mas por que então que eu tenho que chamar a senhora de “senhora”? A senhora não tá velha também...

Vanise: Mas eu sou tua mãe!

PEDIR A BÊNÇÃO

A prática de pedir a bênção é outro marcador linguístico da deferência que se deve mostrar aos ascendentes. Como também observou Flávia Pires (2011) no interior da Paraíba, no Tapajós todos os moradores, sejam eles católicos ou evangélicos, têm o costume de pedir a bênção. Ao acordar, junto ou substituindo o “bom dia”, as

⁴ Distinção entre *tu* e *vous* na língua francesa.

crianças pedem a bênção e dão suas mãos a beijar a seus pais (ou pais de criação) e a outros ascendentes que estejam presentes. Quando saem para a escola e quando chegam de volta, o fazem novamente. Os adultos continuam o gesto ao longo de toda a vida e mesmo quando falam por telefone se ouve: “A bênção, minha mãe/meu pai/minha madrinha/titio”, ao que se responde: “Deus te abençoe, meu filho”, “Deus te dê felicidade” ou “Deus te dê uma boa sorte”. A padrastos e madrastras também se deve pedir a bênção, na maior parte das vezes, como se o vínculo de parentesco fosse o de tios/sobrinhos (“a bênção, titio”, “Deus te abençoe, meu filho”), ou então sem especificar (“a bênção”, “Deus te dê uma boa sorte”).

Alguns jovens podem questionar essa prática, mas sem muita veemência. “Eles dizem às vezes que na novela ninguém pede bênção, então por que que eles vão ter que pedir?”, me explicou dona Neusa (65 anos). “Deixa estar. Eu quero ver um deles não pedir mais!”, ela mesma completa. Notemos que nesses casos não se tratava da recusa a pedir a bênção a uma pessoa determinada, mas um questionamento da prática de forma geral. Examinemos mais de perto casos em que alguém hesita ou se recusa a pedir a bênção a alguém em particular.

Em 2010 os pais de Tamires (9 anos) se separaram. Ela e os dois irmãos (6 e 12 anos) viviam com a mãe em Pinhel, e o pai vivia em Itaituba, onde passou a trabalhar como padeiro. Como a maior parte dos pais que conheci na região que deixam os filhos com suas ex-companheiras ou ex-esposas, o pai de Tamires não pagava pensão alimentícia. No início das aulas, a mãe da menina foi então até Itaituba para tentar obter algum dinheiro do ex-companheiro. Tamires me conta como foi esse encontro:

Ele comprou coisa pro Jardel e pro Jefferson, pra mim ele não comprou, que o dinheiro não deu. Foi um videogame, roupa e mais um brinquedo. Uns cem reais. Pra mim ele não comprou nada, não. [...] Quando eu for da outra vez, ele vai ter que dar. Ele vai ter que dar, senão nós entra na Justiça. Pelo menos essas coisas, lápis, borracha, lapiseira, que a gente estuda, né? Da outra

vez, se ele não der nada pra mim de novo, eu também não vou pedir a bênção dele, não vou, não.

Diante do tratamento desigual entre Tamires e os irmãos, a menina pensa em não pedir a bênção ao pai numa próxima vez, se a situação se repetir. Mas, por ora, ainda não tinha agido assim. E, considerando as diferentes situações que observei, acho pouco provável que ela viesse efetivamente a fazê-lo. Parar de pedir a bênção aos pais (ou padrastos), na região, equivale praticamente a negar a relação e tornar a convivência impossível.

Algumas crianças mostravam-se reticentes em pedir a bênção a seus padrastos. Cauã (4 anos), por exemplo, recusou-se a fazê-lo com novo marido da mãe. “Essezinho, quando ele mete na cabeça, não tem quem tire. Pra bênção foi igual. Ele disse que não ia, que não ia, e não pediu, não...”, me explicou a mãe de Cauã. Se a relação entre o menino e o padrasto, na percepção da mãe, nunca tinha sido fácil, diante dessa recusa, depois de um mês de coabitação, ela achou que não era mais possível que ele ficasse morando com o novo casal e confiou Cauã à sua avó: “Não teve jeito mesmo”, concluiu.

Quando se trata dos pais e avós, não observei nenhum caso de recusa. Apenas dois de meus interlocutores, que não viviam com suas mães biológicas e tinham relações extremamente complicadas com elas, me contaram ter titubeado em pedir a sua bênção. Trata-se de dona Rosário e Jair (55 e 37 anos, respectivamente, em 2010). Suas histórias são interessantes pois mostram até que ponto essa saudação reverencial – e a relação hierárquica que ela pressupõe – estão enraizadas nos costumes locais.

Dona Rosário

Dona Rosário me contou que a mãe, Virgínia, não era “boa da cabeça”. Quando Rosário tinha 6 meses, Virgínia teria deixado a bebê em cima de um monte de palha, do lado de um ramal (trilha de caça). Um caçador teria então encontrado e reconhecido a criança: “Mas isso é a filha da Virgínia! Mas como que ela

deixa essa criança aqui, por conta de bicho levar?” Ele teria decidido entregar a menina para dona Mercedes (cunhada do caçador e irmã de Virgínia), que não tinha filhos e teria ficado muito feliz de “ganhar” uma criança dessa forma inesperada. Nos dias seguintes, dona Mercedes escondeu Rosário em casa enquanto Virgínia a procurava por todos os lados. “Quem manda deixar a menina por aí? Bicho levou”, teria dito dona Mercedes na época.

Dona Rosário cresceu na casa de dona Mercedes e foi só com 10 anos de idade que ela reencontrou sua mãe biológica frente a frente: “Porque nós fomos lá no puxirum de uma outra irmã delas, a finada Evarista, irmã dessa que me criou também. Aí, nós fomos lá. Lá ela estava, a dita a minha mãe [risos].” Dona Rosário continua contando o encontro:

Pois olha, ela criou raiva de mim, que quando disseram que eu era filha dela, que teve gente que contou pra ela, né?, ela ficou com raiva de mim, quase que ela me cortava! É, ela correu atrás de mim com um terçado pra me cortar. Aí eu corri pro lado da mamãe [dona Mercedes]. E o pessoal: “Virgínia, não faz isso!” Aí, ela parou. E sempre era assim.

Quando perguntei, dona Rosário disse não entender por que sua mãe biológica tinha ficado com tanta raiva dela: “Eu não sei, não sei. Talvez ela pensou assim que me tomaram dela, né? Talvez ela pensou ‘não, se ela tá com outra, eu vou matar ela!’ [risos].” Foi apenas depois que dona Rosário se casou e teve seu primeiro filho que a relação entre elas se apaziguou. Dona Rosário relata esse primeiro encontro sem conflito, durante o qual o pedido de bênção foi um momento importante:

Foi a primeira visita dela, né, aí ficou aquele silêncio. Ela disse logo chegando que não vinha mais de..., que não queria mais briga. Aí, tá. Aí eu servi um café. Mas ficou todo mundo calado, aquele silêncio! [risos]. Foi só quando ela já tava pra ir embora que eu tomei coragem de pedir a bênção dela. Minha mão, vixe,

minha mão tremia! Mas pedi. Aí depois as outras vezes já não, já foi tudo normal, ela vinha, parava aqui comigo, via os meninos tudinho.

Mais tarde, prova da “normalização” das relações, quando Virgínia ficou doente por mais de um ano, dona Rosário visitava-a com frequência e enviou uma de suas filhas para morar e cuidar da avó. Dona Rosário também se ocupou na velhice de dona Mercedes, de quem ela permaneceu vizinha toda a vida.

A partir do primeiro encontro e desse primeiro pedido de bênção, portanto, a relação ganha um contorno mais “normal”, como disse dona Rosário, ou seja, na medida do possível, cada uma tentou agir de maneira próxima ao que é considerado normal para as relações entre mães e filhos na região. A mãe de dona Rosário passa a lhe fazer visitas e acompanhar o crescimento de seus netos. Dona Rosário e suas filhas lhe ajudam quando ela fica doente. A bênção é pedida em cada encontro.

Jair, como veremos, parece considerar que o “normal” no seu papel de filho é oferecer ajuda para sua mãe nas diversas situações em que ela mostrou precisar.

Jair

Fugindo da grande seca que atingiu o Nordeste do Brasil em 1915, os avós de Jair migraram para a Amazônia. Instalaram-se em Manaus, onde o avô encontrou trabalho na construção civil. Foi nessa cidade que os 8 filhos do casal cresceram (6 meninas e 2 meninos) e, jovens adultos, “se viraram” para encontrar meios de sobrevivência (“pobre, né? Uma vai trabalhar em casa de família, outras foram saindo, outras arrumando marido”). Segundo Jair, Claudete, sua mãe, a quem ele chama de mãe biológica, era muito bonita. Quando ela tinha 17 anos, ela “entrou pro lado da prostituição”. O pai de Jair era seu cafetão: “Ele mandava ela ir fazer programa e ficava em casa, quando ela não trazia dinheiro

pra ele, ele batia nela. Era assim.” Em 1972, Claudete engravidou e três meses após o nascimento do bebê (Jair), ela o colocou em uma lixeira próxima à casa dos avós. Estes ouviram o choro e recolheram a criança.

Alguns meses depois, Jair foi entregue a Anete, uma tia (irmã de Claudete) que morava em uma comunidade do Baixo Tapajós. Ali ele viveu até a idade adulta. Quando Jair tinha 5 anos, Anete e ele encontraram inesperadamente Claudete em Itaituba. Anete tinha vindo (com Jair) até ali para fazer compras e descobriram que Claudete estava morando na cidade. As duas irmãs se cruzaram na feira. Claudete vivia ali com sua segunda filha, que tinha 2 anos na época, e, pelo que se lembra Jair, ela “tava numa situação de vender o almoço pra comprar a janta”. Anete decidiu então levar Jair para conhecer sua mãe biológica, e Jair descreveu-me assim o encontro:

Chegou lá, ela tava numa casa, né? Aí, nós batemos, ela abriu a porta, eu me lembro bem. Aí minha mãe, essa minha mãe adotiva, ela começou a insistir pra mim tomar bênção. Humm, mas quando... E, nisso, ela me deu o dinheiro, mil cruzeiros, que era pra eu dar pra ela, mas do que que eu sabia? Eu não sabia de nada, não, eu era uma criança. Aí quando nós entramos, foi que pelejou pra mim tomar bênção. E eu rodeava, e a mão pra trás, e era aquela coisa, e aí até que enfim eu levei a mão e ela me abençoou... Ah, rapaz, quando ela me abençoou, ela caiu no choro, né? Aí, logo em seguida, eu puxei o dinheiro e dei pra ela, aí pronto, aí sim que ela se acabou chorando. Aí passou. Conversamos e tal, aí foi quando ela disse que ela nunca mais queria abandonar os filhos dela e tudo mais. E criou já mesmo essa minha irmãzinha...

Jair e Anete mantiveram contato esporádico com Claudete. Jair, já adulto, foi viver alguns anos em Manaus e conseguiu um terreno dentro de uma invasão. Claudete tinha também voltado a morar em Manaus e ouviu dizer que seu filho estava na capital. Ela chegou então uma noite na casa de Jair sem pré-aviso,

de caminhão, com todas as suas coisas. Jair diz tê-la recebido bem e logo depois ter conseguido para ela também um terreno na invasão, “no nome dela tudinho”. Nesse terreno, com ajuda de um tio (irmão de Claudete), ele construiu para ela uma casa. Dali por diante, “várias vezes, o que eu pude fazer por ela eu fiz. E faço até hoje o que for necessário. Porque, apesar de tudo, é minha mãe, né?” Quando voltou para a região do Baixo Tapajós, Jair começou a fabricar canoas e à medida que seu negócio prospera ele conta que sempre “manda uma ajuda, um dinheirinho pra ela [para Claudete]. [...] Porque a vida dela parece que não se ajesta. É sempre naquele sistema, dia tem, dia não tem.”

Diante da distância e dos conflitos que separavam Jair e dona Rosário de suas mães, o “reencontro” parece ser coroado com o pedido de bênção, que provoca forte emoção: dona Rosário sente sua mão tremer, Claudete chora copiosamente. De fato, tanto no relato de Jair como no de dona Rosário, o primeiro pedido de bênção é um momento-chave, e se vê até que ponto essa prática é indissociável da relação parental no Tapajós. Pode-se dizer que pedir a bênção significa reconhecer o laço parental – mesmo quando essa relação é extremamente frágil. Pedir a bênção equivale a dizer (ou admitir) “eu sou teu filho, tu és minha mãe/tu és meu filho, eu sou tua mãe” e a renovar simbolicamente o engajamento com os compromissos implícitos nessa relação. A bênção vem então abrir, simbólica e praticamente, a possibilidade de um futuro para a relação. Sem ela, não há relação possível.

Para continuar a examinar a forma como os moradores da região concebem as obrigações morais implicadas na relação parental e o vínculo filial, proponho, na sequência, analisar a sua concepção do papel das crianças, e de seus filhos em particular.

CRIANÇAS NA ECONOMIA DOMÉSTICA

“TEUS FILHOS VÃO TE SERVIR”

Nas muitas conversas ou entrevistas que realizei com mães e pais sobre seus filhos, a primeira e mais recorrente característica que os pais apresentavam, cheios de orgulho, era a de seus filhos como ajudantes eficazes, “esses meninos? São bons demais, eles ajudam em tudo! Deus defenda”, “hoje em dia eles nem deixam mais eu com o pai deles fazer as coisas, tudo é eles que querem já fazer”. É o que diz também Lidiana (43 anos, mãe de nove filhos):

Esses meus filhos, Chantal, eles são muito bons. Olha esse mais velho, o Eládio. Eu e Genésio, a gente ia pra roça e eu dizia pra ele: “Meu filho, você limpa tudo aqui a casa, faz comida pra ti, pros teus irmãos tudinho, dá de comer pra eles e deixa um pouco pra mim com teu pai. Dá banho neles que quando eu chegar, quero tudo arrumadinho.” E nós chegava, Chantal, e tava tudo direitinho como eu tinha falado!

Nem a inteligência, nem o fato de serem doces, afetivos, bonitos, ou de terem bons resultados na escola: nenhum desses aspectos aparecia de maneira espontânea em seus discursos. A cada conversa, em se tratando de seus próprios filhos ou referindo-se a crianças de uma maneira geral, a capacidade das crianças de ajudarem nas tarefas de casa ou da roça era enaltecida. E o inverso, conjurado: “Uma criança assim de uns 10 anos que não sabe arrumar [a casa], ou ao menos fazer um café... Ave Maria, Deus o livre!”, diz dona Arlinda (48 anos). Ela explica também a importância da presença de seus seis filhos na roça:

Eles vêm porque nós precisando pra buscar uma água, eles vão. Pra tirar uma mandioca, um vai arrancando, um vai descascando, outro coloca n'água. Aí, quando for tempo de torrar, um vai pra fogueira cuidar da mandioca, um vai tirar lenha, é assim...

Isso não significa que as crianças sejam forçadas a fazer as tarefas ou que elas não tenham prazer em realizá-las. Elas intercalam a ajuda com brincadeiras – um pulo no igarapé (riacho), juntar uma semente diferente, pegar frutas – e muitas vezes tornam a própria realização da tarefa lúdica (fazem pequenas competições entre si, gozações, contam histórias). A responsabilidade de auxiliar útil – e mesmo indispensável – não se opõe necessariamente aos desejos infantis. É claro que às vezes também as crianças não querem fazer o que lhes ordenam ou pedem seus pais. Estratégias de esquiva (mais que a de negociação) coexistem com as práticas disciplinares utilizadas pelos adultos; eu as abordarei mais adiante. Contudo, na maior parte do tempo as crianças do Tapajós ajudam sem reclamar. Afora a diversão que elas possam ter nesses momentos, elas parecem também ter entendido que o espaço de negociação com seus pais é bastante restrito.



Meninos vão lavar as panelas no rio (Pinhel, agosto de 2011).

Fotografia de Lucie Robieux.

Marliane (12 anos), por exemplo, adora jogar futebol e sua presença é disputada quando se formam os times. Mas ela é a filha mais velha de Marlene e Gedson, e braço direito da mãe nas atividades domésticas. Tem, portanto, menos tempo livre que outras crianças. “Quando eles [outras crianças] tão brincando de bola, eu tô trabalhando com a mamãe, aí depois que é que eu vou brincar”, ela me explica. E quando pergunto: “Mas se você pudesse, gostaria de ir jogar?”, ela me responde, realista: “Eu tenho primeiro que ajudar a mamãe, depois eu vou.”

As atividades ao ar livre suscitam mais entusiasmo da parte das crianças que as tarefas domésticas. “Ah, quando a gente fala de ir pra roça, ninguém quer ficar, tudo quer vir!”, diz dona Arlinda, fazendo referência a seus filhos. Além da reunião familiar que a ida à roça implica, as crianças têm outros motivos para gostar dessa atividade. As roças ficam em parcelas de terra chamadas “centros”, que podem ficar de meia hora a duas horas de caminhada das casas. As crianças só têm autorização para percorrer esses caminhos nessa ocasião (ou quando são enviadas para levar almoço a familiares que trabalham no “centro”). E, caminhando, elas brincam, correm na frente dos adultos ou ficam para trás em grupinhos de conversas e cochichos, buscam árvores frutíferas, colhem frutas, escutam animais, exploram. Além disso, nos “centros”, é comum que haja um igarapé, para onde elas se precipitam assim que os pais permitem.

Do ponto de vista dos adultos que se beneficiam de sua ajuda, é inquestionável que a colaboração das crianças tem um papel prático e econômico importante.

Como Dona Aracy (51 anos) me explicou:

Eu, olha, eu tive nove filhos, né? Mas eu não me arrependo, não, porque eles me ajudam muito, sabe? Nós, a nossa riqueza são os filhos. Porque a gente não tem salário, mas a gente trabalha, Deus dá a saúde e a gente vai vivendo com a ajuda dos filhos da gente, né?

Dona Aracy refere-se ao tipo de trabalho nas comunidades, “sem salário”, onde a atividade de cada um não é remunerada, mas insere-se numa economia doméstica baseada no trabalho familiar. A participação de cada um contribui para o bem-estar da família, como reflete dona Salete (52 anos, mãe de nove filhos), aliando a importância da obediência com a capacidade de ajuda dos filhos:

Um pai, uma mãe, a gente tem que obedecer, Chantal... faz bem pra família. Olha, porque senão eu tava, olha, despregada aqui, sozinha, tinha tudo ido embora... Mas não, tão tudinho aqui perto de mim. E quando eram pequenos, iam buscar água, era um monte de filho, de repente enchia uma caixa de água.

Cassiane (13 anos), já compreendeu bem essa lógica: “Tu tem que ter filho, Chantal, porque teus filhos vão te servir.” O verbo “servir” aparece de maneira recorrente na fala de meus interlocutores. Dona Risomar (72 anos), por exemplo, confessa que não gosta muito de cozinhar. Quando sua filha Dorinha (23 anos), que mora em Aveiro, vem passar alguns dias com ela durante as férias, ela comemora: “Ah, chegou minha cozinheira!”, e explica:

Aqui em casa foram sempre minhas filhas que cozinham, sempre elas que ficam na cozinha. Quando elas não estão, aí não tem jeito, eu tenho que ir pra cozinha, porque ninguém não tem empregado, né?, então tem que ir. Mas elas chegando, elas é que vão me servir. Foi assim todo o tempo, desde que elas tavam do tamanho, chegando na altura do fogão.

O vocabulário usado por dona Risomar nesse diálogo é significativo: as filhas a “servem” e, na impossibilidade de ter um “empregado”, elas cumprem as tarefas menos apreciadas. Quando filhos, filhas e netos ainda fazem parte do grupo doméstico de seus pais ou avós (ou seja, quando moram perto e cultivam a mes-

ma terra, que pertence⁵ aos pais ou avós), as mulheres da geração mais nova assumem sistematicamente a responsabilidade pelas tarefas domésticas. Mesmo quando elas já são casadas, moram em suas próprias casas e têm um salário que as permite não depender economicamente de seus pais.

Assim, na casa de dona Neusa (65 anos, aposentada), é a filha Neideci (33 anos, diretora da escola da comunidade e que mora em uma casa vizinha à de sua mãe) quem cozinha todos os dias para as sete pessoas que vivem nas duas casas: dona Neusa, seu marido (seu Calistro, 72 anos) e os dois netos que moram com eles (Gleice, 13 anos, e Pedro, 18 anos), Neideci, seu marido e a filha do casal (Cássia, 11 anos). Todos comem diariamente na cozinha de dona Neusa. Cássia e Gleice dividem entre si as tarefas de limpeza (varrer as duas casas, lavar a roupa)⁶ e os dois casais contribuem com as despesas de alimentação. Todos trabalham também nas terras de dona Neusa e seu Calistro.

Em uma situação mais típica de dependência econômica, Rosa (28 anos), separada de seu marido e mãe de cinco filhos, vive na casa de sua mãe, dona Neide (53 anos, viúva). Todos trabalham na roça que pertence à dona Neide e, além desse trabalho, é Rosa, com ajuda de sua filha mais velha (de 9 anos), que é responsável pela preparação das refeições e pela limpeza doméstica.

Comportar-se de maneira a não “dar trabalho” a seus ascendentes e, ao contrário, ajudá-los em suas diversas tarefas, ou seja, servi-los, é uma atitude aprendida durante a infância. Para além da sua utilidade imediata, meus interlocutores mencionam também o valor educativo dessa ajuda das crianças, como um hábito que cada um, e sobretudo as meninas, deve adquirir para seu próprio bem. Lidiana (43 anos), por exemplo, explica:

⁵ Como descrito na introdução, a propriedade aqui não é a propriedade “no papel”, mas a costumeira.

⁶ Lavar a louça é uma tarefa compartilhada por todos. Ao final de cada refeição, cada um lava seu prato. As panelas, no entanto, ficam a cargo das mulheres da casa.



Neideci na cozinha (Pinhel, agosto de 2011).
Fotografia de Lucie Robieux.

Tem que dar alguma coisa pra fazer em casa. As menorzinhas [6 e 7 anos] eu coloco elas para fazer assim, coisa mais leve, né? Dobrar a roupa, lavar as calcinhas delas. A roupa, o grosso já é as maiorzinhas [10 e 13 anos]. É, eu digo para elas, porque às vezes quando elas saem por aí, quando elas forem assim na casa dos outros, né?, aí elas já sabem fazer alguma coisa [...]. E também porque uma hora elas vão ter a casa delas também. Aí tudo isso é importante elas já saberem, já se acostumarem.

A JUSTA MEDIDA DA AJUDA E OS PAIS QUE “EXAGERAM”

Os adultos na região se preocupam também com a quantidade e a natureza dos serviços executados pelas crianças. Assim, até os 13 ou 14 anos, é raro que estas façam atividades consideradas como “trabalho pesado”: derrubada de árvores e queimada para abertura de roças; transporte de peso acima de 20 kg; “escaldar a farinha” (mexer durante a sua torrefação, o que exige gestos experientes para não queimar a farinha ou deixar formar grumos e que expõe quem a realiza ao calor do forno). No entanto, há pais que, segundo a percepção dos próprios moradores, “exageram” e dão aos seus filhos tarefas que a maioria na comunidade considera inadequada para crianças. Como explica dona Neide (53 anos):

Tem pai que é assim, exagera, né? Dá todo tipo de trabalho pesado, vai pra roçado grande cortar pau... credo, aí tá escravizando a criança. Olha, a Josefa, ela botava a filha dela da colônia com um saco de macaxeira – sabe, um saco é um saco, né?⁷ – dali pro rumo da beira [do rio]. Aí já é exagero.

Os pais que deixam a criança ou jovem faltar muitos dias na escola para ajudar no trabalho da roça ou que não permitem que as crianças tenham tempo livre também são criticados.

⁷ Um saco com raízes de mandioca pesa entre 30 kg e 50 kg. A saca-padrão de farinha pesa 60 kg.

Durante as jornadas de trabalho que eu pude acompanhar, não vi crianças com menos de 12 anos realizarem esse tipo de tarefa considerada “muito pesada” ou então terem uma quantidade de responsabilidades que as impedisse de ter momentos de liberdade. Em um dia de trabalho típico, as crianças com menos de 7 anos recebem tarefas pontuais (ir buscar ou levar algum objeto ou dar um recado, lavar utensílios, varrer um cômodo, etc.), o que toma delas, na maior parte dos casos, duas ou três horas por dia além do período escolar. Essas tarefas podem, no entanto, ser pedidas a qualquer momento e interrompem com frequência as brincadeiras das crianças. Na maior parte das vezes, serviço feito, elas retomam o que faziam antes e podem ocupar o resto de seu dia livremente, com a condição de não perturbar os adultos e não fazer nada que seja considerado perigoso – ou não fazê-lo ao alcance da vista dos pais ou irmãos mais velhos. As responsabilidades aumentam conforme a idade, e crianças entre 7 e 11 anos já podem facilmente passar a metade do seu tempo fora da escola fazendo tarefas dadas por adultos (descascar a mandioca, lavar louça, lavar roupa, ajudar na cozinha, etc.). A partir dos 12 ou 13 anos a proporção se inverte e as tarefas passam a tomar a maior parte de seu tempo.

PRÁTICAS DISCIPLINARES⁸

O LUGAR DOS CASTIGOS FÍSICOS

As crianças no Tapajós não subscrevem passivas às ordens e injunções dos adultos. Como em qualquer outro lugar, elas testam os limites dos mais velhos. Quando lhes são dadas tarefas de que não gostam ou não querem fazer naquele momento, tentam se esquivar. Se raramente negociam, me parece, é porque os adultos não dão espaço para isso; pouco toleram obje-

⁸ Esta seção retoma muitas ideias apresentadas em Medaets (2013), ampliando e modificando alguns pontos.

ções, discussões a respeito do que pedem. Quando confrontados com “aprontamentos” das crianças, os adultos vão ralar (dar broncas) e, em última instância, é um castigo físico o que aguarda o desobediente.

O recurso que meus interlocutores fazem às punições corporais (bater, espancar, beliscar, “descer a taca”...), e como eles o explicam, difere drasticamente do lugar acordado a essas práticas em muitos grupos indígenas no Brasil, onde há uma célebre tolerância dos pais com relação aos filhos (Tassinari, 2007, p. 12). Esse contraste é aliás indicado por alguns de meus interlocutores que trabalharam como professores entre os Munduruku. Como abordarei na conclusão do livro, esses professores do Tapajós ficavam verdadeiramente horrorizados com o que consideravam um extremo laxismo dos pais e mães Munduruku. É ainda interessante notar que, se a pedagogia nativa de muitos povos indígenas brasileiros parece excluir a ideia de punição (não somente corporal), flagelos são comuns em rituais de crescimento e amadurecimento, mas eles não têm ali a função de corrigir ou mostrar a desaprovação dos adultos sobre o que foi feito. Philippe Erikson (2011), por exemplo, descreve um ritual entre os Matis (povo de língua pano, vivendo no Amazonas), durante o qual os espíritos *mairiwin* vêm bater nas crianças (a partir de 2 anos) com varas de bambu (da espessura de meio centímetro aproximadamente). Suspensas no ar por adultos que, rindo, as seguram pelas mãos e pelos pés, as crianças recebem as varetadas por alguns minutos, o que os Matis acreditam ter um efeito tonificante e ser um ótimo antídoto contra a preguiça. A brutalidade dos *mairiwin* não é, portanto, pensada como uma punição ou uma consequência de atos repreensíveis feitos pelas crianças, mas como um estimulador do crescimento e do vigor (Erikson, 2011, p. 120).

Já no Tapajós, os castigos físicos são explicitamente pensados como corretivos, como punições. Os moradores consideram legítima e necessária a possibilidade de recorrer a eles – o

que os coloca em divergência com a lei⁹ – mas mostrarei que eles acreditam que esse recurso deve ser excepcional.

Antes de descrever algumas dessas práticas, vale explicitar a quem cabe aplicar punições corporais em uma criança no Tapajós. Como a responsabilidade pela guarda e pelo cuidado das crianças cabe sobretudo às mulheres, as punições são frequentemente aplicadas pelas mães, avós ou irmãs mais velhas. A maioria dos homens que falaram sobre o assunto disseram, aliás, ser “contra esse negócio de bater”, posição sem dúvida mais fácil de sustentar por quem pouco participa do cotidiano educativo das crianças (os pais não são ausentes da educação e disciplinamento das crianças, mas participam claramente menos que as mães). Pessoas que não pertencem à família da criança não a castigam fisicamente, a não ser que sejam seus responsáveis (por exemplo, quando uma criança vai morar na casa de um parente ou de um conhecido da família para estudar na cidade).

“EMPERREADOS” OU TEIMOSOS: PUNIÇÕES DIFERENTES EM FUNÇÃO DA IDADE

No Tapajós, as crianças que ainda não andam de maneira autônoma (até 2 ou 2 anos e meio) são chamadas de bebês, e considera-se que elas não são ainda “entendidas” ou “entendidinhas”.¹⁰ Assim, para meus interlocutores, até essa idade, a criança não tem muita consciência do que faz. As punições

⁹ A lei nº 13.010/2014, conhecida como Lei da Palmada, foi instituída no Brasil em junho de 2014 e proíbe todo castigo físico aplicado a crianças, estipulando “o direito da criança e do adolescente de ser educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante” (Brasil, 2014, art. 18-A).

¹⁰ Ser “entendidinho” é uma qualidade relativa ou processual, indicando não uma idade fixa ou transformação marcante, mas, sobretudo, uma direção de desenvolvimento que poderia ser descrita como a de uma ampliação da consciência de si, do ambiente físico e social e de suas regras. Lancy (2014, p. 154-190) usa a expressão *making sense* para indicar, numa perspectiva comparativa, que a maior parte das sociedades faz uma distinção similar entre duas fases na infância, antes da adolescência.

visam então a passar um recado corporal imediato: indicar uma ação inadequada, um lugar onde não podem ir, um objeto em que não podem mexer.

Por exemplo, Jucilane (11 meses) brinca na cozinha em torno dos adultos. Um objeto atrai sua atenção: é um saco de farinha de mandioca, no chão. Jucilane se aproxima e tenta alcançar a farinha. Sua avó vê e bate forte em sua mão, Jucilane chora, a avó diz em voz alta que aquilo não é “brinquedo de criança”. Jucilane chora ainda um ou dois minutos, ninguém a consola.

Cenas como essa ocorrem frequentemente e com objetos de uso variado: instrumentos de trabalho, um porta-retratos, um caderno da irmã mais velha... Mesmo que todos saibam no que ou onde não querem que bebês e crianças pequenas ponham as mãos, esses objetos não são colocados fora do alcance deles. A organização de uma casa com crianças pequenas não é diferente de qualquer outra e os objetos não são deslocados para evitar que os pequenos tenham acesso. Cabe à criança aprender no que pode ou não mexer e não ao adulto organizar o ambiente para limitar acessos ou evitar perigos. E a punição física é usada para garantir esse aprendizado. Como se pode facilmente imaginar, rapidamente as crianças pequenas entendem as “regras do jogo” e, na maior parte das vezes, um olhar será suficiente para evitar um gesto indesejado.

Nas entrevistas, a firmeza dessas primeiras correções é apresentada pelas mães como fundamental. É como se elas “dessem o tom” da relação, indicando claramente a ordem hierárquica e permitindo, assim, evitar punições futuras. Como diz dona Salete (52 anos): “Você acha que vai educar depois que ele vai se entender, que já tiver crescidinho? Besteira, manazinha... Porque tem um dizer popular muito verdadeiro que diz assim: ‘Se você não bate e não faz chorar a criança enquanto criança, você é que chora depois.’”

Há também banhos de plantas que servem para acalmar as crianças pequenas e ajudar a torná-las obedientes – usam-se folhas de mucura-caá (*Petiveria tetrandra*), pião roxo (*Jatropha gossypifolia*) e capitiú (*Siparuna guianensis Aubl.*). Dona Neusa (65 anos) me

conta que depois de já ter tentado esses banhos, sua filha mais velha, com 2 anos de idade na época, não cedia: “Aquilo era um perigo de emperreada. Era todo dia, quando ela se acordava já era gritando e chorando...” Seguindo os conselhos de sua mãe, dona Neusa então me conta ter encontrado o “remédio” para o “emperreamento” da filha:

Peguei um galão, que tinha em casa aqueles galões de água grandes, que a gente ia buscar lá na beira, enchi de água e deixei, na sombra, pra ficar bem fria. Aí quando foi de manhãzinha ela começou, chorando e aquilo batia o pé... Puxei ela para o terreiro, botei ela sentada, fui buscar o panelo, botei em cima dela e mandei o irmão segurar, né? E joguei a água, fui derramando aquilo nela. E ela gritava. Aí terminou, tirei o panelo, e aí que ela foi ficar enfezada mesmo. Rolou naquela lama que coisou na terra, ficou só lama. Aí ela chorou, chorou... E eu fazendo o café para os outros. Aí ela chorando, eu disse assim pros outros, os irmãos: “Vocês não vão agradar ela, porque é pior.” O pai e a mãe bater na criança e depois agradar, pronto, aí perde a autoridade, é só o que ela quer: “Ah, a mamãe me dá e depois ela vem agradar, né?” Tudo isso aí minha mãe me falava. Aí ela chorou, chorou, chorou, toda suja de lama. Aí eu dei café para os outros, aí ela parou de chorar. Tava lá sentada, aí ela levantou, parou de chorar, me pegou e disse: “Mamãe”, ela falava bem, 2 aninhos só, mas falava bem: “Mamãe, eu não vou mais chorar agora.” Olha... “Você não vai mais chorar? Pois é, então se você chorar você vai pegar de novo esse banho”, e ela: “Não, mamãe.” Olha, foi um remédio. No outro dia ela se acordou bem, veio para a mesa tomar café com os irmãos. Olha, tá aí, olha, a Socorro. Não fez mais aquilo. Ela tinha esse emperreamento, mas ficou um cordeiro.

A criança “emperreada”, segundo dona Neusa e outros pais e mães que usam esse termo, é uma criança “aborrecida, que fica com negócio de enjoação”, “que pula, grita, pinta o diacho...”. O termo só é usado para falar de crianças pequenas, de até 3 anos, aquelas que ainda não são “entendidinhas”.

Já os mais velhos, os “entendidos”, recebem outras formas de punição. Antes de qualquer castigo físico, a criança é ralhada, muitas vezes, já que consideram que ela já tem condições de entender o que está fazendo. “Que é assim, meses ele não sabe. Um ano ele já vai tendo noção, quando os pais têm interesse nele. Aí uma criança de uns 3 anos assim, ela já entende bem, então o pai tem que aconselhar, tem que dizer. Só que é assim, tem criança que é muito teimosa, né?” (Vanise, 34 anos). Essas crianças “teimosas”, que repetem algumas vezes um comportamento indesejado apesar dos “avisos”, poderão ser fisicamente punidas. Presenciei duas situações desse tipo. A primeira, um menino de 9 anos que recebeu tapas fortes na boca (até sangrar) por ter dito palavrões perto de sua mãe. A segunda, um menino de 10 anos que recebeu uma surra de cipó (escolhido por não ser nem muito duro, nem muito mole) por ter desobedecido a avó que o criava, ficando, segundo ela, muito tempo fora de casa, várias vezes seguidas. Outros sete episódios chegaram aos meus ouvidos como tendo ocorrido durante as minhas estadias em campo e muitos outros foram evocados enquanto memórias, por adultos, durante entrevistas ou conversas informais. A maior parte dos relatos faz referência ao uso de instrumentos, como cipó, cinto, chicote, palmatória.¹¹

A BUSCA DE UM EQUILÍBRIO FRÁGIL

Se os adultos do Tapajós consideram legítimo aplicar castigos físicos, eles não são sua primeira alternativa para impor a autoridade: ralhos e ameaças os precedem e muitas vezes a repreensão para na reprimenda verbal. A frequência dos castigos físicos está longe de ser diária como é o caso, por exemplo, entre os Tonga, na Polinésia (Morton-Kavapalu, 1993) ou na ilha de

¹¹ Entre os 31 relatos recolhidos, 23 fazem menção ao uso de instrumentos. Em um deles, um instrumento foi usado, mas não se tratou de violência física, mas simbólica: a mãe de uma menina de 12 anos cortou bem curtos os cabelos da filha, depois de ter ouvido boatos de que a menina teria consumido álcool.

Dominica, no Caribe (Blank, 2013). Além disso, diferentemente do que observaram essas autoras, nada indica que os adultos no Tapajós tirem algum tipo de prazer nessas situações. No contexto amazônico em que pesquisei, o castigo corporal não é valorizado *em si*. Ele é percebido como um “mal menor” capaz de evitar que as crianças sejam muito desobedientes.

Quando convidados a falar sobre o assunto e a assumir, portanto, uma postura mais reflexiva, apesar de evocarem unanimemente a importância de *poder recorrer* aos castigos físicos, vários fazem também referência ao incômodo ou sofrimento que essas situações lhes causariam: “Dói mais em mim que nele”, diz dona Salete. As entrevistas, trocas informais e observações me sugerem uma tensão contínua entre, de um lado, a necessidade que eles consideram indiscutível de garantir a obediência aos mais velhos, e, de outro, a utilização da violência física para obter esse resultado.

Nessa tensão, entendem que bater muito, muito frequentemente ou muito intensamente, pode ser contraproduutivo, pois resultaria em “crianças revoltadas”. Há um modo de castigar percebido como adequado, e que se opõe a outras maneiras de corrigir consideradas localmente como ineficientes ou como manifestação de “maldade mesmo”. Solany (23 anos), lembra, assim, da avó que a criou: “A minha avó, essa era uma ruim... Aquilo, mana, não precisava de um nada pra ela descer a peia. Só de maldade mesmo.” Por outro lado, observações como “mas também, olha, foi só aquele dia...” ou “e, tu quer saber? Nunca mais ela fez. Eu digo que foi um bom remédio” são muito recorrentes e indicam que o “bom” castigo é aquele que “corta o mal pela raiz”, “tira o mau costume” de uma vez por todas, e evita uma segunda correção.

Trata-se, para as crianças menores, de um corretivo aplicado no momento certo, de maneira incisiva. E, para os mais velhos, trata-se de um ato que serve de alerta e que deve vir, idealmente, seguido de um conselho ou de uma explicação: “Tem que bater, mas aconselhando”, diz dona Salete (52 anos). Se “conselhos” ou reprimendas verbais (ralhar), sem punição física, são também vistos como úteis,

na percepção dos meus interlocutores eles têm seus limites: “Sempre a gente ralha. Mas às vezes tem que mostrar mesmo, na pele”, explica Amália (31 anos). Em todo caso, para os habitantes do Tapajós, é claro que os pais devem ter a voz de comando, como explica dona Rosário (55 anos): “Quem tem que dar o juízo é o pai, porque a criança não sabe... tudo que ela faz, ela acha que é bom.”

Esse trabalho de condução, de “dar o juízo” é considerado como prova da responsabilidade e de implicação dos pais: “Quando a gente não quer o mal do outro, a gente diz ‘olha, isso não presta’, e faz até ele entender. Mas se a gente não liga, deixa ele fazer o que quiser por aí...”, explica dona Neusa. Nesse contexto, os pais que deixam seus filhos “soltos” demais são vistos como negligentes. Claramente, a atitude mais valorizada é aquela que consegue instaurar a obediência das crianças com o mínimo de violência possível.

A VIOLÊNCIA DA AUSÊNCIA DE DISCIPLINA

Mas, se atitudes que são tidas como violentas pelas normas legais (“degradantes”, nos termos da lei) são consideradas adequadas nesse contexto, inversamente, certos comportamentos bem vistos pelo *ethos* urbano ocidental contemporâneo têm uma conotação extremamente negativa nessas comunidades e são percebidos como descuido. A liberdade da criança, sua criatividade, a valorização de suas produções, o direito de brincar e de se sujar são valores que não apenas não seduzem como são fortemente desaprovados do ponto de vista local. Não é surpreendente que certas diretrizes educativas inspiradas nos princípios da “escola ativa” ou “escola nova” façam pouco sentido ou sejam vistas com desconfiança. Deixar os filhos circularem livremente na comunidade, deixar que eles se sujeiem excessivamente “brincando de terra”, que façam muito barulho ou passem muito tempo “com esse negócio de tá pulando na água” é percebido como negligência. Os pais que permitem frequentemente esses comportamentos são criticados tanto por seus pares quanto por crianças. Eles são vistos como “relaxados”, pais que “não estão

nem aí pros filhos”, que “não têm paciência para ensinar”. A falta de disciplina é percebida como uma evidente prova de incompetência parental, e até como prova de “falta de amor”. Como disse Amália (31 anos): “São pais que não têm sentimento.”

Os riscos e perigos para as crianças são seguidamente evocados e é preciso ter em mente que, diante da distância dessas comunidades de um hospital e do custo do acesso a cuidados médicos, esse risco é real. Mas a observação mostra que, para além das atividades que poderiam expor as crianças a um risco real de acidente, a desobediência aos códigos sociais ou de convivência (simplesmente “não cai bem” que os outros vejam seus filhos “pulando n’água” muito tempo, ou andando “de carreira” pela comunidade) podem suscitar punição.

“ELA TÁ PROMETIDA, ESSA DAÍ” AMEAÇAS E MARGENS DE LIBERDADE

Onipresentes no cotidiano dessas comunidades, ameaças ou advertências verbais ocupam um papel central na busca do equilíbrio educativo entre obediência, respeito e o uso ou não da punição física. Todos os dias, várias vezes ao dia, ouvimos essas advertências, ditas diretamente a quem se destinam ou incorporadas nos discursos das crianças: “Né, Chantal, que a Camila tem que ir pra casa, senão ela vai apanhar?”, me diz Ana Paula (10 anos). Neideci (33 anos) relata como as utiliza: “Eu digo: ‘Olha que eu vou já pegar um cipó...’, e ela, vendo o cipó, já acalma. É, eu faço medo pra ela! [risos].” Vânia (28 anos) conta que hoje é muito raro bater na filha de 10 anos, mas que “promete” fazê-lo com frequência: “Sempre eu ‘prometo’ ela. Ela tá prometida, essa daí, prometida! [risos].”

As intimidações podem ser mais ou menos sérias e as crianças aprendem rapidamente a diferenciá-las através de indícios da expressão facial, corporal ou pelo tom de voz. Com o tempo, percebi que as ameaças menos sérias também têm efeito. As crianças diminuem a intensidade das atividades: uma criança que estava subindo numa árvore, por exemplo, depois da intervenção tende a ficar nos galhos

mais baixos, outra vai correr menos ou mais discretamente, e assim por diante. De certa forma, nessa negociação tácita entre o desejo de explorar das crianças e a necessidade de controle dos adultos, as ameaças abrem um espaço intermediário onde cada um cede um pouco.

Para poder apreender melhor essa combinação entre controle dos pais e margens de manobra das crianças, é preciso ter também em mente as características do ambiente físico palco dessas interações. As comunidades que descrevo aqui são pequenas, os moradores se conhecem, poucos minutos de caminhada separam a maior parte das casas e instituições (escola, campo e clube de futebol, igreja), as ruas são de terra, não há carros (mesmo se se vê cada vez mais motos) e há muitos espaços abertos. Apesar de não terem permissão dos pais para circular livremente nesse território, as crianças podem frequentar algumas casas e lugares, o que explica que se possa vê-las com frequência andando pela comunidade.

Esse vaivém de crianças pode levar (e em geral leva) visitantes de passagem a imaginar uma vida infantil idílica, de contato íntimo com a natureza e grande liberdade, sem as restrições que a vida urbana impõe.¹² Um olhar mais cuidadoso revela que não é esse o caso, como mostrei. Passar tempo demais fora de casa não é bem visto e foi o motivo da surra de cipó que relatei, como certamente de muitas outras. Os pais não cansam de repetir que não querem que seus filhos sejam “rueiros”, “aquela criança que só quer tá em casa dos outros”, que fiquem “de camaradagem por aí”. Uma observação mais atenta dos deslocamentos diários das crianças mostra, com efeito, que os trajetos percorridos são restritos – elas podem ir, quando autorizadas, até a casa de determinados parentes ou amigos, e não de outros, até a escola, até o posto de saúde se lhes for pedido, levar o almoço de alguém da casa até a roça ou local onde a pessoa esteja trabalhando. Mas isso já é suficiente para que consigam ficar muitas vezes longe dos olhos dos adultos, e para aproveitar esses momentos

¹² Percepção frequentemente expressa por funcionários de ONGs que realizam trabalho ou pesquisa pontuais nas comunidades.

fazendo o que não é “oficialmente” permitido. E as crianças sabem também criar esse tipo de situação.

Cassiane (13 anos), por exemplo, a mais velha das filhas de Lidiana (43 anos), após ter cumprido com o essencial das tarefas domésticas do dia (preparar o almoço, varrer a casa), sai de casa de fininho e já no quintal avisa a mãe que vai “de repente ali na vovó, ajudar ela”. Ela passa, na verdade, menos de meia hora na casa da avó e vai em seguida para a casa de uma amiga. Ana Paula (10 anos), outra filha de Lidiana, também costumava sair estrategicamente de casa ao ver, por exemplo, seu pai chegar com uma grande quantidade de peixe (para limpar...). Estéfany (9 anos) não hesitava em beliscar sua irmã de 1 ano e meio para que ela chorasse e a menina argumentasse então que precisava de todo modo “levar o bebê lá fora” para acalmá-la.

Minha presença também constituía um ótimo álibi para justificar aos pais a “necessidade” de ter que sair, “a gente vai levar a Chantal lá, ela não sabe o caminho”, “ela não conhece a dona Cleusa, vamos com ela”. Muitas vezes as crianças me pediam e combinavam comigo antes, e cabia então a mim pedir aos pais, o que elas sabiam que tinha mais chance de dar certo do que se elas mesmas fizessem o pedido.

Esses jogos não aconteciam apenas entre crianças e pais. Irmãos e irmãs empurravam uns aos outros as responsabilidades. Os mais velhos saíam, em geral, perdedores dessas negociações. Talvez por saberem que seus pais seriam menos tolerantes com eles? Que caso um serviço não fosse feito, a responsabilidade recairia, em última instância, sobre eles? A cena abaixo ilustra uma situação desse tipo. Samara (10 anos) e Janaína (13 anos) são mandadas às margens do rio para limpar (“tratar”) os peixes do almoço. Mas, assim que os adultos (uma tia que lavava roupa, um tio que voltava da pesca) saem dali, Samara se joga na água, deixando a limpeza dos peixes para sua irmã mais velha. Janaína resmungava um pouco, mas não faz nada para impedir sua irmã e se resigna a continuar sozinha a tarefa.



A irmã mais velha continua a “tratar” os peixes enquanto a mais nova se joga na água (Parauá, julho de 2011).

Fotografia de Lucie Robieux.

CONCLUSÃO: HIERARQUIA EM PRÁTICAS

Neste capítulo, vimos que há uma clara hierarquia intergeracional no Tapajós, em favor dos mais velhos. Descrevi três planos em que essa hierarquia aparece e nos quais ela se precisa de maneira gradativa: os marcadores linguísticos e de tratamento reverenciais com os quais os mais jovens dirigem-se a seus ascendentes, a posição de “ajudantes” que as crianças, e, de maneira mais ampla, as filhas e filhos de qualquer idade, assumem perante seus pais e, por fim, o uso de castigos físicos na educação das crianças, ainda que de forma ocasional.

Obedecer, ajudar e servir seus ascendentes: essas três ações estão no centro das obrigações morais esperadas dos filhos e filhas no Tapajós. Quanto aos pais e responsáveis pelas crianças, espera-se deles que atendam às necessidades, protejam e disci-

plinem seus filhos. Ao mesmo tempo, e este foi o último ponto apresentado neste capítulo, existem margens de manobra importantes, assim como estratégias adotadas pelas crianças para fugir do controle parental. Se, por um lado, o quadro romântico de uma “infância livre” não corresponde à realidade, por outro, o que dizem os pais sobre o imperativo de obediência, respeito e serviço deve ser relativizado pelo que nos revela a observação das práticas cotidianas. Nem tanto ao céu, nem tanto à terra.

No capítulo seguinte, eu prossigo a exploração das relações intergeracionais nessas comunidades sob outro ângulo. As tensões que resultam de desejos individuais opostos aparecerão, talvez de maneira ainda mais intensa, em um outro fenômeno importante na vida dos moradores dessas comunidades: a circulação de crianças, ou seja, o fato de confiar filhos de maneira temporária ou definitiva a outros adultos que não seus pais.